*Por meio de uma nota conjunta, diversas entidades da sociedade civil e de representações de classe como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Federação Nacional do Jornalistas (Fenaj), repudiaram os atos de violência de cunho político registrados nos últimos dias e reafirmaram a necessidade de defender os direitos sociais fundamentais e a liberdade de imprensa, além de condenarem o fascismo crescente no país*

Na nota, as entidades destacam "o repúdio a toda manifestação de ódio, violência, intolerância, preconceito e desprezo aos direitos humanos, assacadas sob qualquer pretexto que seja, contra indivíduos ou grupos sociais, bem como a toda e qualquer incitação política, proposta legislativa ou de governo que venha a tolerá-las ou incentivá-las" e a "necessidade de preservação de um ambiente sociopolítico genuinamente ético, democrático, de diálogo, com liberdade de imprensa, livre de constrangimentos e de autoritarismos, da corrupção endêmica, do fisiologismo político, do aparelhamento das instituições e da divulgação de falsas notícias".

O documento pede, ainda, " que todas as pessoas e instituições a que reafirmem, de modo explícito, contundente e inequívoco, o seu compromisso inflexível com a Constituição Federal de 1988, no seu texto vigente, recusando alternativas de ruptura e discursos de superação do atual espírito constitucional, ancorado nos signos da República, da democracia política e social e da efetividade dos direitos civis, políticos, sociais, econômicos e ambientais, com suas indissociáveis garantias institucionais".

Veja a íntegra do documento.

NOTA CONJUNTA

*As entidades signatárias abaixo nominadas, representativas da sociedade civil organizada, no campo do Direito e das instituições sociais, por seus respectivos Representantes, ao largo de quaisquer cores partidárias ou correntes ideológicas, considerando os inquietantes episódios descortinados nos últimos dias, nas ruas e nas redes sociais, ao ensejo do processo eleitoral, de agressões verbais e físicas – algumas fatais – em detrimento de indivíduos, minorias e grupos sociais, a revelar crescente desprestígio dos valores humanistas e democráticos que inspiram nossa Constituição cidadã, fiadores da convivência civilizada e do exercício da cidadania, vêm a público:*

*AFIRMAR o peremptório repúdio a toda manifestação de ódio, violência, intolerância, preconceito e desprezo aos direitos humanos, assacadas sob qualquer pretexto que seja, contra indivíduos ou grupos sociais, bem como a toda e qualquer incitação política, proposta legislativa ou de governo que venha a tolerá-las ou incentivá-las;*

*REITERAR a imperiosa necessidade de preservação de um ambiente sociopolítico genuinamente ético, democrático, de diálogo, com liberdade de imprensa, livre de constrangimentos e de autoritarismos, da corrupção endêmica, do fisiologismo político, do aparelhamento das instituições e da divulgação de falsas notícias como veículo de manipulação eleitoral, para que se garanta o livre debate de ideias e de concepções políticas divergentes, sempre lastreado em premissas fáticas verdadeiras;*

*EXORTAR todas as pessoas e instituições a que reafirmem, de modo explícito, contundente e inequívoco, o seu compromisso inflexível com a Constituição Federal de 1988, no seu texto vigente, recusando alternativas de ruptura e discursos de superação do atual espírito constitucional, ancorado nos signos da República, da democracia política e social e da efetividade dos direitos civis, políticos, sociais, econômicos e ambientais, com suas indissociáveis garantias institucionais;*

*MANIFESTAR a defesa irrestrita e incondicional dos direitos fundamentais sociais, inclusive os trabalhistas, e da imprescindibilidade das instituições que os preservam, nomeadamente a Magistratura do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho, a Auditoria Fiscal do Trabalho e a advocacia trabalhista, todos cumpridores de históricos papéis na afirmação da democracia brasileira;*

*DECLARAR, por fim, a sua compreensão de que não há desenvolvimento sem justiça e paz social, como não há boa governança sem coerência constitucional, e tampouco pode haver Estado Democrático de Direito sem Estado Social com liberdades públicas.*

*Brasília (DF), 19 de outubro de 2018.*

**CLÁUDIO PACHECO PRATES LAMACHIA**Presidente do Conselho Federal da Ordem
dos Advogados do Brasil (OAB)

**GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO**Presidente da Associação Nacional
dos Magistrados da Justiça do
Trabalho (Anamatra)

**LEONARDO ULRICH STEINER**Secretário-Geral da Conferência Nacional
dos Bispos do Brasil (CNBB)

**ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA**Presidente da Associação Nacional dos
Procuradores do Trabalho (ANPT)

**CARLOS FERNANDO DA SILVA FILHO**Presidente do Sindicato Nacional dos
Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait)

**ALESSANDRA CAMARANO MARTINS**Presidente da Associação Brasileira dos
Advogados Trabalhistas (Abrat)

**MARIA JOSÉ BRAGA**Presidente da Federação Nacional dos
Jornalistas (Fenaj)